

Fé e Tradição: um caminho para o protestantismo brasileiro

(Apontamentos para estudo da História do Pensamento Cristão Protestante)

Luiz Caetano Grecco Teixeira, ost.¹

Resumo: Apresenta-se, de forma bastante simples, a História do Pensamento Cristão, desde os tempos apostólicos até a Reforma e, a partir daí, as principais correntes da Tradição Protestante trazidas pelos missionários que influenciaram as Igrejas brasileiras.

Palavras-chave: Protestantismo, Tradição Cristã. Tradição Protestante.

Abstract: This paper is a short presentation of the History of the Christian thought, from the apostolic times to the Protestant Reformation and the main streams of the Protestant Tradition bearing with missionaries, which influenced Brazilian Churches.

Keywords: Protestantism. Christian Tradition. Protestant Tradition.

Introdução

Talvez pareça um despropósito apresentar um texto sobre Fé e Tradição Protestante, no contexto brasileiro contemporâneo, onde o protestantismo se identifica como “evangélico”. Afinal, os evangélicos brasileiros acreditam que sua fé é exclusivamente bíblica e costumam desprezar as tradições alegando serem construções humanas. Todavia esquecem, ou não sabem, que as “igrejas evangélicas”², em todas as suas nuances e cores, são construções humanas! E as doutrinas que as inspiram são resultados da reflexão de muitas gerações, anteriores à própria Reforma Protestante do século XVI; o cristianismo como um todo é uma construção humana, a partir de

¹ O autor é anglicano (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil), e professor de Introdução à Patrística e Introdução à Teologia Protestante no Centro de Formação Teológica Richard Schull, da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil em Vitória, ES.

² A rigor, o nome “Igreja Evangélica” se refere historicamente ao luteranismo, ou seja, a Igreja formada na Alemanha a partir da Reforma de Martinho Lutero (século XVI); esse é o nome oficial da Igreja Luterana na Alemanha. Entretanto, no Brasil e na América Latina, esse nome passou a designar, de forma genérica, as Igrejas Protestantes Históricas e as Igrejas que se formaram a partir das sucessivas cisões e movimentos de renovação dentro do Protestantismo. É com esse último sentido que utilizamos aqui a denominação “Igreja Evangélica”.

experiências humanas em diferentes contextos históricos e culturais. Ou seja, o cristianismo tem a sua tradição.

A tentação do crescimento rápido a qualquer custo está hoje presente nas igrejas, talvez mais que nunca, conforme a ideologia individualista e consumista que caracteriza a pós-modernidade. A religião se torna produto e há de se garantir o aumento permanente de consumidores. É a lógica capitalista de mercado e do resultado. O que importa é vender o produto! Por isso não há lugar para a tradição, pois o produto tem de atrair a atenção dos consumidores, e agradá-los. Isso vem ocorrendo rapidamente no seio de todas as igrejas cristãs, sejam evangélicas ou protestantes históricas e na Igreja Romana.

Além do próprio fenômeno ideológico, esse modo de pensar começa a ser institucionalmente justificado, em nome do sustento financeiro da Igreja e da "Missão", bem como a garantia de seu futuro institucional. A necessidade de cobrir os custos institucionais força, de certa maneira, a busca pelo aumento da arrecadação; o crescimento do número de membros se torna chave nessa lógica, e tal crescimento se torna *fim em si mesmo*.

Não se trata de fervor missionário, embora muitos, de boa fé, assim entendem, mas de uma ideologia religiosa que chegou à Igreja ao final do século IV, com o advento da Cristandade; enfraqueceu e se fortaleceu durante a Idade Média e, na Modernidade; é reforçada sobremaneira pelos avivalismos do século XIX, fruto da reação, primeiro pietista e depois fundamentalista, à teologia crítica que começa ensaiar seus passos.

Tal ideologia religiosa ganha, ao final do século XX, sua configuração pós-moderna: a chamada *teologia da prosperidade* e suas variações. O resultado dessa ideologia é o abandono das práticas pastorais, da catequese doutrinária e bíblica, da educação cristã, da vida em comunidade, da espiritualidade e da liturgia, em troca do "louvor", da pregação de resultados pelo imediatismo da "bênção" e da demonização do diferente, com ênfase fundamentalista. Não há senso de congregação ou comunidade, mas sim multidão de indivíduos; não há conversão e *metanóia*, mas consumo do sagrado. Deixa de existir a *ecclesia tou Theou* para surgir, em seu lugar, a *clientela da igreja*, do pastor fulano, do missionário cicrano ou do apóstolo beltrano. Nas igrejas brasileiras do tempo presente, com raras exceções que só confirmam a regra, não mais importa afirmar a fidelidade a Deus, mas cobrar a fidelidade de Deus!

Rejeita-se a Tradição, erroneamente considerada como não bíblica. Tradição³ é o tesouro que uma geração recebe das anteriores, a utiliza como fundamento, fonte de reflexão e sentido de identidade, e a *atualiza*. Por sua vez, cada geração coloca sua contribuição na “arca do tesouro”, e assim a Tradição é sempre reinterpretada, enriquecida, renovada.

A Bíblia, em si mesma, é um mosaico de tradições de diferentes épocas e culturas e nem por isso deixamos de considerá-la como revelação sagrada, Palavra de Deus. Rejeitar simplesmente a Tradição como idéia e construção humana porque não está no cânon bíblico⁴ é considerar que o Espírito Santo não mais habita a Igreja e não inspira mais a percepção e a compreensão da fé em nosso Senhor Jesus Cristo. É, de fato, negar o mistério de Pentecostes.

Nosso objetivo, neste artigo, é motivar a reflexão, *recordando pontos fundamentais da história de nossa fé e doutrina*. No momento histórico em que vivemos, diante da diversidade religiosa da pós-modernidade, onde antigos conceitos de fé são tratados de maneira displicente, e vemos as Igrejas *cada vez mais mergulhadas na ideologia do consumo religioso*, é preciso registrar, lembrar e reafirmar com força e clareza – contextualizando sempre – os fundamentos da “Fé que vem dos nossos Pais”, para que ela – como sempre fez – “nos alente a estar de pé”⁵.

1 – O Kerygma Cristão

Nestes tempos de consumismo religioso, a pregação é mera apresentação de um produto que pode ser consumido com muita facilidade: *Jesus* – já não mais referido como Cristo – um nome mágico que, quando invocado, realiza todos os sonhos de prosperidade (saúde, dinheiro, bens materiais, estabilidade financeira, harmonia familiar, etc.). Não há ênfase na necessidade de conversão, de metanóia, mas cobrar a graça, exigir a graça, pressionar a Deus para que cumpra sua pro-

³ Tradição vem do latim *traditio*, um bastão que – até hoje – é utilizado por equipes em competições de atletismo, nas corridas de revezamento. Cada atleta carrega o bastão durante a sua corrida e o passa para a mão do companheiro que prosseguirá a jornada.

⁴ Devemos lembrar que a inclusão ou a exclusão de um texto na Bíblia (definição do cânon bíblico) *foi uma decisão humana*, seja ao final do século I através do concílio rabínico de Israel em Jamnia (AT), seja através das Igrejas Cristãs do século II (NT), reunidas em diferentes concílios até chegarem ao consenso, modificada depois pelos Reformadores os quais, em relação ao Antigo Testamento, acataram a decisão de Jamnia.

⁵ Cf. Hino 268, *A Fé que Professamos* – Hinário Episcopal (1962).

messa. Diante de uma crença assim fundamentada, não há mais necessidade de ensino e catequese, nem mesmo de conversão (*metanóia*).

A palavra *Kerygma*⁶ nos remete à pregação dos Apóstolos de Jesus, à pregação e ao anúncio da Boa Nova, inspirada pelo Espírito Santo desde Jerusalém. A partir da reflexão sobre o que ouviram e vivenciaram com Jesus, o Cristo, e iluminados pelo Espírito Santo, os discípulos e discipulas compreendem a ação salvífica de Deus e Sua ação na história de Israel e passam a anunciar, oralmente, essa *boa nova* resumindo a história da salvação, fazendo-a culminar na morte, ressurreição e ascensão do Cristo, e o estabelecimento do novo Israel.

É preciso ter claro que recebemos o *kerygma* através de textos produzidos e selecionados após a morte daqueles que primeiro o anunciaram, ou seja, a partir de uma elaboração mais sistemática e final da fé das primeiras comunidades cristãs, que a receberam como tradição oral. Mas é exatamente por isso, por apresentar a fé das comunidades cristãs primitivas, que o *kerygma*, tal como hoje o recebemos, é o alicerce da Tradição Cristã.

É importante ressaltar que a ênfase do *kerygma* é a *ação de Deus na história*; o destaque é para *os atos de Deus*. Portanto, o *kerygma* é também o fundamento para o conceito de *Missio Dei*⁷.

A Igreja Primitiva tinha bem claro que Deus é quem toma a iniciativa da Missão de Salvação, e a realiza com a Igreja, através do Espírito Santo, sem necessitar do "jogo de marketing" que hoje anima grande parte dos missiólogos e missionários.

⁶ Palavra grega que significa "proclamação", sua raiz vem de *Kerix*, o mensageiro, aquele que traz a boa notícia. Por isso se dá o nome de *kerigma* ao anúncio do Evangelho (cf., p.ex., Atos 2.14-36; Atos 3.11-26; Atos 7.1-53 e outros) Do grego *kérygma*: mensagem, pregação, proclamação. Mais tarde passou a designar a pregação da Igreja a respeito de Jesus, sendo hoje um termo técnico na exegese bíblica do N.T. [as citações e referências bíblicas neste artigo foram tiradas da Versão Almeida, Revista e Atualizada, da Sociedade Bíblica do Brasil, 1969]

⁷ O Conceito de *Missio Dei* – Missão de Deus ou Deus em Missão – vem da *missiologia protestante*. É uma abordagem não eclesiológica da missão, mas de perspectiva escatológica. Ao invés de situar a Missão no âmbito do que a Igreja deve fazer e de como ela deve ser, essa abordagem propõe perceber a presença de Deus na história, ou seja, pressupõe uma visão cristã da História. A afirmação teológica fundamental desse conceito é que, *em Jesus Cristo, Deus está em missão*. Pelo Espírito Santo, somos também enviados em Missão, como testemunhas do que Deus tem feito, como profetas do Reino de Deus, e como acolhedores daqueles a quem aprova a Cristo chamar para seu rebanho.

2 – A Igreja Primitiva

A pregação de Jesus atingiu em cheio, como consolo e esperança, as pessoas mais simples da Galiléia, da Judéia e da Samaria. Ao mesmo tempo, alguns setores da elite regional (econômica e religiosa) e estrangeiros que habitavam a região, também foram impressionados pelas palavras e feitos do Nazareno. O movimento iniciado por Jesus de Nazaré trazia, assim, desde sua origem, *a marca da diversidade*⁸.

Após o Pentecostes, esse eclético grupo se reuniu ao redor dos Doze, e das mulheres e homens que acompanharam Jesus em sua peregrinação, testemunhas de sua ressurreição. Ainda identificados com a Tradição Mosaica, freqüentavam o Templo e mantinham os ritos judaicos. Apesar disso, em seu meio havia não-judeus, gregos (de origem pagã) e samaritanos que, de uma forma ou de outra, conheceram Jesus ou foram impressionados por sua pregação ou pela pregação dos seus discípulos.

Rapidamente o *kerygma* se espalhou pela Judéia, a partir de Jerusalém, e extrapolou suas fronteiras. O cristianismo primitivo era, porém, um universo conceitual pequeno, disperso geograficamente, eclético, cheio de diversidade e incoerências, vivendo tensões internas e sofrendo muitas pressões externas. Corria um sério risco de morrer ou de pulverizar-se em várias seitas, perdendo-se assim o conteúdo original da pregação de Jesus e o impacto que significou para sua geração.

Internamente, a Igreja Primitiva enfrentou a controvérsia entre helenistas e hebreus, resolvida com a criação do ministério dos "Diáconos" (cf. Atos 6.1-7). Sacerdotes e levitas haviam aderido ao Caminho (como eram conhecidos os seguidores de Jesus); para esses, o acolhimento de helenistas (gentios ou não) e de samaritanos criou tensões internas sobre usos e costumes; o conflito tomou grandes proporções quando o ministério de Paulo obrigou à Igreja da Judéia reconhecer que havia gentios (comunidades inteiras) entre aqueles que aceitaram o Evangelho, os quais não estavam dispostos a adotarem as regras do judaísmo. É interessante perceber Paulo, que fora fariseu mas era também helenista, apoiando e defendendo essa posição, pois para ele "o homem não é justificado por obras da lei, e, sim, mediante a fé em Cristo Jesus" (Gála-

⁸ A narrativa de Pentecostes (Atos 2) e o próprio dom de "entender na própria língua" sugere que a diversidade cultural e étnica já marcou a Igreja desde seu início. Seria a *diversidade* um dom do Espírito?

tas 2.16).

A reunião do Colégio Apostólico narrada em Atos 15, conhecida como Concílio de Jerusalém, mostra que desde cedo a Igreja se defrontou com a sua própria diversidade e resolveu a controvérsia de forma sensata, através da palavra de Tiago, de *respeito* pelas partes e preservando o núcleo do *kerygma*. Ao olhar de hoje, podemos afirmar que a Igreja, naquele momento, por inspiração do Espírito, descobriu sua dimensão antropológica e adaptou-se às diferentes culturas, preservando o essencial e deixando de lado o acessório.

Por sua vez, externamente, a convivência com o judaísmo era uma caldeira que acabaria por explodir. A releitura da Tradição Judaica a partir do evento de Cristo – elaborada pelos cristãos, mas contrária às expectativas da elite religiosa e política dos hebreus – fez com que, nas sinagogas da diáspora, acontecessem discussões e dissensões entre os dois grupos. O Concílio Rabínico realizado em Jamnia na última década do século I acabou unilateralmente com a crise, ao proclamar o anátema contra os cristãos e expulsando-os das comunidades judaicas⁹.

As comunidades da Ásia (Anatólia) foram as mais atingidas de imediato pela decisão de Jamnia; eram comunidades cristãs fortemente embasadas no judaísmo. Expulsas da sinagoga como hereges, viveram a crise de identidade a qual é resolvida pelo *Evangelho segundo João*, onde essas comunidades respondem à Sinagoga e se identificam como o novo Israel, como aqueles que acolheram o noivo e com ele festejam as bodas¹⁰.

A partir de Jamnia, a identidade cristã se separou da identidade judaica. As gerações seguintes de cristãos começaram a registrar, através da escrita, o testemunho dos apóstolos em textos livres e diversos; a Igreja entra no século II

⁹ Com a destruição do Templo em Jerusalém em 70 d.C., o Sinédrio se instala em Jamnia mediante acordo com o Império, onde funcionava uma academia rabínica. Há controvérsia se houve realmente um “concílio” em Jamnia ou se foi uma “reunião acadêmica”. O certo é que foi fixado o Cânon Judaico sobre as Escrituras e rechaçado o argumento de Jesus ser o Messias. O Concílio de Jamnia (90 d.C.) é importante no contexto cristão porque, além de demarcar em definitivo a separação entre judaísmo e cristianismo, *também definiu o cânon judaico da Bíblia (AT)*, excluindo os textos em língua grega dos quais se desconhecia originais em hebraico (a Septuaginta, que viria a ser aceita e utilizada pela Igreja Antiga e serviu de base para a tradução latina feita por São Jerônimo, no século IV).

¹⁰ De fato, o Evangelho de João é claramente contrário à Sinagoga. O Prólogo já é uma afirmação da confessionalidade cristã; até o capítulo 12 é notória a desavença entre Jesus e os representantes do Templo, quando Jesus os confronta com a própria Lei. Na narrativa da Paixão, João deixa claro o papel da liderança judaica na execução de Jesus.

contando com identidade própria e iniciando o registro da memória sobre o *kerygma* e sobre si mesma.

3 – A Igreja Pós-Apostólica

A ação missionária da Igreja Primitiva lançou o *kerygma* no mundo amplo da cultura helenista do Império Romano na Europa Oriental, na Anatólia e na África, lugares onde coabitavam diferentes religiões há muito tempo. Profundamente enraizada na “teologia judaica”, a Igreja, no início do século II, está diante de situações e cosmovisões para as quais não estava adequadamente preparada, pois escapavam da discussão no âmbito do judaísmo ¹¹.

As diferentes correntes filosóficas originadas desde a antiguidade grega e as tradições religiosas pagãs, de enorme diversidade quanto às origens e influências, traziam um conteúdo desafiador para a Igreja fora da Judéia. Ao mesmo tempo, a compreensão e confissão do Senhorio de Cristo colocavam a Igreja em oposição ao próprio Império Romano. A atribuição do título de *Kyrios* a Jesus Cristo era uma ameaça à fidelidade ao Imperador, uma das bases ideológicas do Império.

O tempo pós-apostólico é marcado por duas características: é o tempo dos Pais (os Pais Apostólicos e os Pais da Igreja)¹² e é o tempo dos mártires.

O que conhecemos como “Pais” são os primeiros escritos pós-bíblicos, alguns dos quais surgem até mesmo antes dos últimos textos do Novo Testamento; é a produção intelectual cristã desde o início até o século VIII; estes escritos se tornaram o Magistério da Igreja e o Fundamento de toda a Teologia Cristã. Os Reformadores buscaram essencialmente o retorno aos Pais para fundamentar a Reforma, fato que parece ser esquecido por grande parte do protestantismo brasileiro e latino-americano.

Não temos espaço para desenvolver o tema na profundidade merecida, e lamentamos que, hoje em dia, o estudo

¹¹ Um exemplo disso, ainda no século I, é o fracasso da pregação de Paulo em Atenas. (cf. Atos 17.16-34).

¹² A partir do século XIII denomina-se “Pais Apostólicos” aos autores que, presumidamente, conheceram os Apóstolos e “Pais da Igreja” aos autores cristãos até o final do século VII (São Gregório Magno e Isidoro de Sevilha, no ocidente), ou até o final do século VIII (São João Damasceno, no oriente) como tem sido adotado nos tratados de Patrística e Patrologia. (cf. BOGAZ Antônio et alli – **Patrística - Caminhos da Tradição Cristã – textos, contextos e espiritualidade da Tradição dos Padres da Igreja Antiga nos caminhos de Jesus de Nazaré**. São Paulo: Paulus Ed. 2008. p.25).

da Patrologia e da Patrística seja reduzido, quando existe, à leitura de alguns perícopes desses textos¹³. Talvez por isso vemos, surpresos, as igrejas e grupos ditos cristãos, muitas vezes, “reinventarem a roda quadrada”, ou seja, trazer como novidade aquilo que há séculos fora recusado ou banido pela Tradição. O desconhecimento dos fundamentos da Tradição Cristã ressuscita antigas heresias e práticas que a Igreja, em sua história, recusou ou aboliu.

O estudo da Patrística e da Patrologia é importante porque nelas estão as bases dos dogmas cristãos fundamentais¹⁴, mantidos pela Reforma no século XVI.

Já fizemos referência aos problemas da Igreja Primitiva com o judaísmo. Os cristãos foram perseguidos, de início, pela elite judaica ligada ao Templo. Mas tratava-se apenas de uma perseguição moral e discriminatória, uma vez que essas elites não dispunham de poder jurídico e militar, pois estavam também sob o domínio do Império Romano. Interessa-nos, aqui, refletir sobre a perseguição cruel e quase constante movida pelo Império à Igreja dos primeiros séculos¹⁵.

O primeiro estigma da Igreja é o martírio. É do sangue de Jesus Cristo na cruz que nasce a comunidade dos cristãos. Trata-se de uma opção espiritual: antes sofrer o martírio que abandonar as próprias convicções. A liberdade diante dos poderes políticos e religiosos, bem como a fidelidade aos ensinamentos evangélicos trazem como consequência a perseguição, as calúnias e o martírio. A Igreja dos primeiros séculos assumiu viver na insegurança, na pobreza e na clandestinidade. Normalmente os cristãos eram oriundos das classes mais pobres, mas nunca se curvaram às tentações do poder e dos privilégios.¹⁶

¹³ Designa-se *Patrologia* o estudo da literatura cristã antiga e seus autores, e *Patrística*, a história da Teologia daquele tempo.

¹⁴ A palavra “dogma” vem do grego *doken* que significa “pensar, imaginar ou ter uma opinião”. Nas escolas filosóficas gregas, anteriores ao cristianismo, o termo *dogmata* designava as doutrinas específicas que diferenciavam uma escola da outra. Cada escola tinha suas idéias fundamentais. De modo semelhante, as doutrinas cristãs foram consideradas “*dogmata*”, distinguindo a escola cristã das demais escolas filosóficas (cf. TILLICH, Paul – **História do Pensamento Cristão**. Trad. Jaci Maraschin. São Paulo: ASTE, 1988. p. 11-16). O dogma cristão, no período primitivo da história da Igreja, expressa a confissão de fé necessária para o *ingresso* nas congregações locais e eram objeto do *catecumenato*.

¹⁵ Estamos considerando apenas os primeiros quatro séculos da era cristã neste tópico. Mártires existem por toda a história da Igreja, em diferentes circunstâncias. Inclusive aqueles martirizados por ela mesma!

¹⁶ BOGAZ, Antônio S. *et alli*: Patrística – Caminhos da Tradição Cristã – textos, contextos e espiritualidade da Tradição dos Padres da Igreja Antiga nos caminhos de Jesus de Nazaré. São Paulo: Paulus Ed. 2008. p. 92.

A religião era parte da superestrutura do Império Romano. A partir do Imperador Domiciano (81 – 96 d.C.) a divinização do Imperador começa realmente se impor. Domiciano intitula-se *Dominus et Deus (Kyrios kai Theos)* e estabelece um culto e juramento de fidelidade ao Imperador, independente de existirem outras religiões no Império – obrigadas também a reconhecer a divindade imperial¹⁷. Obviamente, isso confronta a fé cristã, e os cristãos foram acusados de ateísmo, ou seja, de *negar a divindade do Imperador*.

Assim, o martírio não era simples consequência da fé, mas *do profundo significado político* dessa fé. Reconhecer o senhorio de Jesus Cristo era negar o senhorio absoluto do Imperador, era crime contra o nacionalismo romano e contra a identidade mais profunda do Império. O sangue dos mártires foi derramado e fecundou o solo para o fortalecimento das raízes do cristianismo. O impacto do martírio é, em todas as épocas, o fundamento mais importante de um testemunho coerente (*martyria*) de fé e atitude diante dos desafios do mundo.

4 – A Disciplina do Arcano ¹⁸

Na Igreja dos Pais e dos Mártires, havia a regra de ocultar a doutrina cristã e as cerimônias litúrgicas aos que não fossem batizados. Uma cautela para preservar a fé e o *kerygma* de uma contaminação maior pelos cultos pagãos e pelas escolas filosóficas do mundo helenista, e também para preservar essa mesma fé de interpretações imediatistas dos catecúmenos, ainda mais impressionados pela experiência da conversão que pela reflexão e compreensão da doutrina, à qual eram introduzidos paulatinamente pelo processo catequético, de grande duração no tempo¹⁹. A Disciplina do Arcano também foi uma medida de segurança contra as perseguições do Império. Essa disciplina vigorou até o século VI, mesmo depois do “triunfo do cristianismo”, ou seja, do surgimento da cristandade.

¹⁷ É preciso lembrar que no ambiente pagão do Império se admitia a *coexistência* de muitos deuses e deusas.

¹⁸ *Arcano* significa *sigilo*, aquilo que não deve ser comentado ou revelado em público ou com qualquer pessoa, mas *se refere a um grupo específico*. O termo, que é técnico, tem relação com a semântica simbólica. Curiosamente, na pós-modernidade, também adquiriu um sentido de mistério esotérico. Aqui o utilizamos como termo técnico. Assim, *Disciplina do Arcano* significa disciplina do sigilo e faz parte do *corpus* catequético da Igreja dos primeiros séculos. Tal disciplina prevê a necessidade de uma formação básica (catequese) antes de alguém ser incorporado ao grupo.

¹⁹ Fontes antigas informam que havia igrejas onde a catequese durava de três a quatro anos; em outras, o tempo poderia ser menor, mas era sempre uma exigência antes de realizar-se o Batismo e assim inserir o catecúmeno na Comunidade de Fé.

Mas há um aspecto importante nesse cuidado. Os primeiros pensadores cristãos, alguns contemporâneos aos Apóstolos, logo perceberam que o conteúdo do *kerygma* trazia em si algo inusitado e surpreendente e de bastante dificuldade de compreensão no mundo helenista²⁰. De certa forma, a Igreja dos Pais percebeu que *falava sobre o indizível*, os mistérios²¹ de Deus revelados em Jesus Cristo, que pressupunham antes uma vivência especial, uma experiência com Deus.

Foi necessário desenvolver uma linguagem e uma semântica simbólica, geralmente apropriando-se de símbolos judaicos e pagãos, *mudando seu sentido e significado, reinterpretando-os a partir do Evangelho*. Isso se reflete nos primórdios da liturgia cristã, a incorporação de elementos simbólicos e rituais do judaísmo e de algumas religiões pagãs de mistério²² como, por exemplo, água, pão e vinho, unções, gestos, etc.

Entretanto, a liturgia, desde a Igreja Antiga, tem uma consciência de si mesma que a diferencia dos ritos pagãos e da magia. *Os ritos cristãos não provocam efeitos, mas são posteriores, como afirmação do que Deus já havia feito*. Ou seja, o rito cristão não provoca a Graça, mas afirma a *ação anterior de Deus, ao dar a Graça*. O rito cristão *não é mágico* nem é um absoluto em si mesmo; pelo contrário, é sempre uma manifestação de gratidão e adoração ao Deus amoroso que atua na vida e no mundo²³.

Ao contrário das religiões de mistério, *o rito cristão é a afirmação simbólica da doutrina e não a sua realização mági-*

²⁰ "(...) escândalo para os judeus e loucura para os gentios (...)", cf. 1 Coríntios 1.22-24

²¹ Ao contrário das antigas religiões de mistério, que cultuavam o que estava oculto e dependiam de ritos mágicos para entendê-lo, os cristãos interpretam a palavra *mysterion* como o oculto presente que se revela. A raiz *myo* significa "estar fechado, cerrado". Usava-se essa palavra apenas para indicar aquilo que, estando oculto, fechado, encerrado, pode ser revelado, aberto, descerrado. *Mysterion* é, pois, aquilo que, estando oculto, é revelado, isto é, torna-se compreendido... mas não necessariamente explicado! Está aí, mas nem todos o enxergam, porque não podem ver através ou além do véu. Por isso falamos em "mistério" na liturgia e no ensino cristão. Mistério tem a ver com aquilo que Deus é, faz e revela. O mistério precisa do símbolo: não temos palavras para dizer o que é, mas somos capazes de perceber, sentir, experimentar, contemplar... ver além do véu! por isso, se celebra junto!

²² Surge assim a iconografia cristã, que vai se tornar um campo da História da Arte. Sobre isso, veja-se: BILHEIRO, Ivan – *A Arte Simbólica dos Primórdios do Cristianismo: a Disciplina do Arcano e o Simbolismo Cristão*. In **Revista Urutaguá: revista acadêmica multidisciplinar**. nº. 15 abr/mai/jun/jul 2008. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Disponível na Internet www.urutagua.uem.br – acessado em 24/03/2009.

²³ Para aprofundamento, veja-se TEIXEIRA, Luiz Caetano Grecco – *Introdução à Liturgia Cristã*. In: **Inclusividade – Revista de Teologia do Centro de Estudos Anglicanos**. Porto Alegre: CEA, Ano II nº. 6, Novembro 2003.

ca. Por isso, a liturgia cristã não é uma representação ou a realização mágica de um mistério, mas é a *afirmação do mistério revelado!*

Isso teve significado ímpar em um mundo cujo conteúdo religioso era demarcado pelas religiões de mistério e esoterismos, como era o caso do mundo helenista²⁴. Resultado da pregação, a conversão a Jesus Cristo era entendida (e sempre o deve ser), principalmente, uma experiência sensível, muito além do convencimento racional pelos argumentos do pregador, experiência essa que provoca a *metanóia*, mudança de rumo existencial e mudança de visão de mundo. A conversão sempre foi compreendida, essencialmente, obra do Espírito Santo, e não resultado da capacidade humana de provar as próprias idéias. *Converter-se é muito mais que convencer-se!* Tornar-se cristão era (e é) navegar contra a corrente; portanto, uma atitude incompreensível para a mentalidade daquele tempo (e do nosso tempo!).

A Disciplina do Arcano impediu a fé cristã tornar-se mais um esoterismo, mais uma religião de elementos mágicos, impossível de ser moeda de troca ou de personalismos²⁵, impossível de promover modificações doutrinárias e éticas para agradar as multidões e atrair prosélitos. A Igreja antiga não tinha clientela; não buscava sucesso, mas anunciava a Jesus – o Cristo – crucificado, poder de Deus e sabedoria de Deus (cf. 1 Coríntios, 1.23-24).

5 – A Cristandade Ocidental e a Idade Média

O Édito de Milão (313 a.D), firmado pelo Imperador Constantino (312-337 a.D.), mudou radicalmente a sorte dos cristãos. O Édito de Milão garantiu à Igreja liberdade de culto e de expressão, praticamente encerrando o tempo de perseguições pelo Império Romano e marcando o início da *Cristandade*. O Império, por sua vez, estava em plena decadência, fosse pela crise econômica crônica (inflação), fosse pelas divisões políticas, fosse pela ação dos chamados bárbaros nas fronteiras do norte e do leste.

²⁴ *Mutatis mutantis*, essa é hoje uma das características da pós-modernidade: a busca pelo imediatismo mágico-religioso, e vemos isso acontecer também dentro da Igreja: o milagre (graça) interpretado como ação mágica.

²⁵ Um exemplo disso, no Novo Testamento, mostrando a compreensão cristã sobre os dons de Deus, é a perícopa onde o mago Simão tenta comprar de Pedro e João o poder da imposição das mãos (cf. Atos 8.14-25); trata-se de defender as novas comunidades contra a interpretação mágica dos ritos cristãos e da errônea compreensão (gnóstica e esotérica) da Graça Divina.

Percebendo que o apoio de cristãos seria fundamental para o governo do Império, Constantino, em 313, proclama o Édito de Milão, reconhecendo o cristianismo e mesmo concedendo privilégios à religião cristã (...). Constantino passa a intervir diretamente na organização cristã e na solução de controvérsias teológicas (...). Após Constantino, seus sucessores continuaram a política de aproximação. O Imperador Teodósio (379-395), em 380, pelo Édito *De Fide Catholica*, torna a fé cristã lei oficial do Império.²⁶

Agora, como única religião permitida no Império Romano, o cristianismo assume rapidamente o forte caráter institucional que caracteriza a Igreja desde então. As conversões ocorrem em massa, por decreto imperial; a catequese é simplificada, surgem as primeiras devoções populares, e a liturgia começa a adquirir sinais de esoterismo. Este é o início da Cristandade²⁷.

A divisão do Império entre Ocidente e Oriente, após Teodósio, ajudou demarcar a fronteira que separa ainda hoje as tradições cristãs ocidentais e orientais. A Igreja Oriental seguiu um rumo diferente da Igreja do Ocidente, desenvolve outra teologia, inserida no contexto cultural bizantino.

Após a divisão do Império, o ocidente assume exclusivamente a língua latina, deixando o grego, e a Igreja ocidental, que já a utilizava, adota formalmente essa língua em sua liturgia, na atividade missionária, catequética e teológica. No diálogo com as culturas do ocidente, a Igreja Latina absorve valores e símbolos, desenvolvendo a matriz religiosa cristã que se identifica com o Catolicismo Romano e vai influenciar também as Igrejas que nascem a partir da Reforma²⁸.

Pela mesma época, em parte como reação ao envolvimento íntimo da Igreja com o Império, começa a se desenvolver fortemente o Monasticismo e surgem as Ordens Monásticas, um dos pilares de sustentação da Tradição e da Teologia durante a Idade Média.

²⁶ BOGAZ *et alli*, *op.cit.* p.50

²⁷ Note-se bem: é exatamente quando a Igreja se torna *poder* no Império que começam a surgir na Tradição cristã os desvios que serão atacados e eliminados pelos Reformadores no século XVI.

²⁸ Assim, o *Protestantismo é culturalmente ocidental e não mundial*. A Reforma foi um fenômeno na Igreja Latina (Romana) e não na Igreja de todo o mundo (*Catholica*). O Evangelho, aqui entendido como *kerygma*, a boa nova, este sim, é mundial, e floresceu no oriente e no ocidente, penetrando as diferentes culturas humanas e redimindo-as pela graça recebida através da fé. A partir daqui vamos nos concentrar na Igreja do Ocidente (Latina), uma vez que somos descendentes desse ramo do cristianismo

O período histórico do Ocidente conhecido como Idade Média, começa com a queda de Roma em 476, e termina com a ocupação das Américas pelos ibéricos, a partir de 1492, compreendendo praticamente mil anos. Esse período não foi uniforme, como se acredita, e os historiadores costumam dividir esse tempo em períodos mais ou menos precisos, sem que haja um consenso quanto aos critérios para tal divisão.

A Idade Média *não* foi um período sem produção de conhecimento. Pelo contrário, a Idade Média significou uma revolução nas artes e na arquitetura, incorporou a matemática, a astronomia e as bases da química e da física graças ao diálogo com a cultura islâmica, deu início ao processo de formação e consolidação das línguas latinas modernas.

Os pensadores cristãos, agora praticamente concentrados nas Ordens Monásticas, colocaram a teologia em diálogo com as escolas filosóficas da antiga Grécia, e buscaram harmonizar a Bíblia com essas linhas de pensamento. Paul Tillich, teólogo luterano do século XX, entende que há três principais atitudes teológicas presentes em toda reflexão medieval: o escolasticismo, o misticismo e o biblicismo²⁹.

O escolasticismo foi predominante, e constitui-se em uma profunda explicação da fé cristã, metodologicamente construída, porém muito mal compreendida nos tempos modernos. Nas palavras de Tillich,

(...) a intenção verdadeira do escolasticismo era a interpretação teológica de todos os problemas da vida. Temos uma literatura escolástica extremamente rica que exerceu tremenda influência na vida espiritual da Idade Média.³⁰

Todavia, a reflexão escolástica e a educação dela advinda não estava disponível para a maioria da população; os textos eram escritos em Latim, acessível apenas aos letrados. A doutrina detalhadamente explicada era levada ao povo através dos ofícios litúrgicos, da arte (música, escultura, pintura – nesse caso, é de suma importância entender que os vitrais, as imagens e os mosaicos nos templos não eram mera decoração, mas instrumento de educação cristã e catequese) e experiências sensoriais.

²⁹ TILLICH, Paul: **História do Pensamento Cristão**. Trad. Jaci Maraschin. São Paulo: ASTE, 1988. p.134. Para aprofundamento, sugerimos a leitura do capítulo III desse livro.

³⁰ TILLICH, op.cit. p.134.

O conceito de misticismo aqui não significa exclusivamente ascese. Com efeito, todos os autores escolásticos eram místicos e vivenciavam as coisas que falavam; assim, como afirma Tillich,

(...) o misticismo era a experiência da mensagem escolástica. A base do dogma era a união com o divino nas devoções, nas orações, na contemplação e nas práticas ascéticas. Entendendo essas coisas, esperamos não cair no erro de eliminar o misticismo do cristianismo, reduzindo-o à mera fé intelectualizada e a simples amor moralista. (...) O misticismo – chamado pelos protestantes ortodoxos de “unio mystica” – é a união imediata com Deus em sua presença. (...) Na Idade Média, o misticismo não se separa do escolasticismo.³¹

O biblicismo foi um movimento forte no final da Idade Média e influenciou sobremaneira a Reforma Protestante. O biblicismo tentava usar a Bíblia para fundamentar a prática cristã, especialmente entre o povo; ao final da Idade Média, muitos leigos letrados já tinham acesso à Bíblia, bem antes da Reforma.

6 – Prelúdios da Reforma

O escolasticismo não foi o único movimento teológico da Idade Média, embora tenha sido o mais significativo. Na verdade, o escolasticismo é uma construção a partir do século XI até o final da Idade Média, e em todo esse tempo foi questionado – não só pelas tensões com o misticismo e o biblicismo – como também diretamente por outras formas de entender as Escrituras e a própria Tradição.

Dentro e fora do universo “acadêmico” surgiram idéias e doutrinas que contrariavam o escolasticismo, a supervalorização da Tradição, o poder temporal da Igreja, o caráter especial do sacerdócio cristão reservado ao clero, a liturgia com sintomas de ritual mágico, que foram se afirmando na Igreja do ocidente a partir do advento da cristandade.

Quando falamos em Reforma, o primeiro nome que lembramos é Martinho Lutero, monge agostiniano, nascido em Eisleben, na Saxônia, leste alemão, no ano de 1483. Porém, ele não foi o primeiro a ensinar doutrinas diferentes do catolicismo medieval; antes dele outros já levantavam sérias críticas

³¹ TILLICH, op.cit. p.135.

ao escolasticismo, e às práticas da igreja. Por exemplo, lembramos Pedro Valdo (+1217)³², o inglês João Wyclif (c.1330-1384) e os Iolardos³³ e os Cátaros³⁴.

Todavia, Lutero foi o primeiro que rompeu com o sistema escolástico do catolicismo romano, e com isso transformou a face da Europa de seu tempo e para sempre.

Os últimos séculos da Idade Média foram palco de dramáticos eventos nas esferas cultural, política e religiosa da Europa, que serviram de prelúdio para a Reforma Protestante do século XVI. Esse foi um período de grandes comoções, como guerras ferozes, epidemias devastadoras, conflitos entre nobres e camponeses e aumento do sentimento nacionalista.(...) No âmbito intelectual surgiu o Renascimento ou Renascença, um movimento da elite cultural marcado pelo individualismo, ênfase na liberdade e contestação das formas tradicionais de autoridade.³⁵

Não temos espaço para aprofundar o estudo dos pré-reformadores, mas sugerimos que o leitor busque fazê-lo, inclusive para perceber que muitas das idéias da Reforma Protestante, bem como dos movimentos que surgem após ela, se apropriam do pensamento deles.

7 – A Tradição Protestante

Daremos agora um salto no tempo. O séc. XVI foi o século da Reforma Protestante e, neste artigo, pretendemos dar ênfase à Tradição anterior à Reforma – na qual os Reformadores vão buscar inspiração e aproveitar o que há de bom – bem como à Tradição que se estabelece no Ocidente a partir da Reforma, ou seja, a Tradição Protestante.

A Reforma Protestante do séc.XVI, por si só, é um capítulo próprio da História da Igreja e da História da Teologia Cristã, e muito se tem publicado sobre ela, de forma que não será difícil ao leitor interessado aprofundar-se em seu estudo. Aqui faremos algumas menções a ela, sem pormenorizar os

³² Pioneiro do movimento conhecido como os "Pobres de Lion"; Valdo traduziu alguns livros da Bíblia e alguns Pais da Igreja.

³³ Movimento pré-reformista, constituído por sacerdotes e leigos pobres, discípulos de Wyclif, que pregavam os ensinamentos bíblicos na linguagem do povo e criticavam, entre outras coisas, o poder temporal da Igreja.

³⁴ Os Cátaros (séc. XIII), também conhecidos como albigenses, representam um capítulo importante, da história da Igreja.

³⁵ MATOS, Alderi Souza de – **Fundamentos da Teologia Histórica**. São Paulo: Mundo Cristão Ed.; 2008. p.124.

aspectos doutrinários e teológicos, mas é importante lembrar que os Reformadores, especialmente Lutero, Zwinglio e Calvino se inspiraram, e muito, nos Pais e principalmente em Santo Agostinho!

Também cabe destacar que o chamado “livre exame das escrituras” não significa, como muita gente entende na Igreja, que cada um interpreta a Bíblia como quer! *Trata-se de livre exame, não de livre interpretação!* Livre-exame significava buscar o texto da Escritura em sua originalidade, mas todos os reformadores insistiram que os Pastores, *que têm preparo teológico*, são os interpretes – isso é afirmar o magistério da Igreja.

Temos de compreender que a Reforma não foi, de início, revolta contra a Igreja Católica Romana em si, mas contra o racionalismo escolástico da Idade Média. Os Reformadores, especialmente Lutero e depois Zwinglio e também Calvino, pretendiam, inicialmente, *reformular a Igreja*, sem romper com a unidade orgânica ou fundar outra igreja; tal rompimento era inconcebível para a mentalidade deles, no contexto da época em que viveram.

Queriam, sim, varrer da teologia a dependência excessiva da racionalidade, ênfase do escolasticismo (que pretendia explicar pela razão todos os mistérios da fé cristã), resultando uma moral racionalista, e sacralizando a Igreja como portadora da salvação. Queriam retirar da tradição, herdada desde a Igreja Primitiva, os detalhes que a afastavam da pureza do *kerygma*, introduzidos a partir da cristandade, revendo os teólogos da Igreja Antiga (os Pais e os Concílios Ecumênicos) e interpretando-os através da Escritura, a qual, por si só já é herança da Igreja Antiga. Na verdade, a Reforma foi um retorno ao pensamento de Santo Agostinho, deixado de lado a partir do século XI, pela obra monumental de Tomás de Aquino.

Todavia, para os Reformadores, essa reforma era fundamental, era existencial, e implicava em reformular especialmente a eclesiologia; isso não foi bem visto pela hierarquia que, já encastelada no poder temporal e espiritual, reagiu de forma dogmática e arrogante. O conflito ficou irreversível, a ruptura foi iminente, e os Reformadores se viram obrigados a estabelecer, praticamente, uma outra Igreja, irreconciliável com Roma, porque foram expedidos decretos de heresia e excomunhão contra todos eles.

Ou seja, quem rompeu com a comunhão foi a hie-

rarquia romana ao excomungá-los, não os Reformadores. Assim, os Reformadores tiveram de caminhar muito mais além do que pretendiam, tiveram de pensar e organizar uma outra Igreja, uma outra forma de vivência da fé e de experiência religiosa. Essa foi a construção do século XVI: um novo cristianismo que pretendia ser o mais fiel possível ao cristianismo dos Pais e dos Apóstolos, livre dos acréscimos da cristandade e do escolasticismo, principalmente.

Vamos tratar, resumidamente, da Tradição Protestante, ou seja, os movimentos teológicos protestantes que surgiram durante e após a Reforma do século XVI e no século XVII.

7.1 A Ortodoxia Protestante

Os Reformadores reagiram contra a teologia escolástica, mas seus seguidores imediatos acabaram por utilizar a lógica e a filosofia para tornar clara e sistematizada a sua teologia complexa e, ao mesmo tempo, inovadora. No século XVII os teólogos protestantes sentiram necessidade de definir com maior precisão a herança doutrinária dos diferentes grupos, muitas vezes no contexto de combater heresias radicais e responder aos ataques e crítica dos teólogos romanistas.

A ortodoxia protestante é a teologia produzida pela primeira geração após os Reformadores e que vai se configurar, no dizer de Tillich, como

(...) escolástica protestante, com todos os refinamentos que a palavra "escolástica" inclui. Assim, quando falo de ortodoxia, refiro-me à maneira como a Reforma estabeleceu-se, enquanto forma eclesiástica de vida e pensamento, depois que o movimento dinâmico da Reforma terminou. É a sistematização e a consolidação das idéias da Reforma, desenvolvidas em contraste com a Contra-Reforma.³⁶

No século XVI, os três movimentos da Reforma Magisterial (luteranos, reformados e anglicanos) mantiveram-se estáveis. Porém, já no século XVI e no século XVII surgiram as rupturas e foram gerados outros movimentos, obrigando luteranos e reformados de diversos matizes construir as primeiras teologias sistemáticas, e elaborarem os longos documentos confessionais que marcaram esse período (as dife-

³⁶ TILLICH, op.cit. p.251.

rentes Confissões)³⁷.

Assim, a ortodoxia protestante é o resultado de elaboração sistemática definindo a organização teológica e eclesiástica da Reforma, pelas primeiras gerações após os Reformadores, buscando vencer os desafios de seu tempo e firmar sua identidade confessional. É a inclusão do Protestantismo na Tradição Cristã, consolidando-o.

7.2 O Pietismo

“O pietismo é a reação do lado subjetivo da religião contra o lado objetivo”³⁸. Ao dizer isso, Tillich não está criticando o Pietismo, mas tentando explicá-lo.

A doutrina da justificação pela graça mediante a Fé, de Lutero, foi entendida pelas massas como permissão para a licenciosidade, pois pensava-se que não importavam mais as ações, apenas a fé. Assim, a moralidade era rasa, especialmente nos países luteranos; não havia disciplina. A ortodoxia, que adotara o método escolástico, havia levado o protestantismo alemão à imobilidade doutrinária, à apatia conformista, transformando a teologia em mero exercício acadêmico, dissociada da prática religiosa das populações e do cotidiano das comunidades.

O pietismo surge na Alemanha, querendo voltar às idéias originais de Lutero, ou seja, uma renovação no luteranismo ainda mesmo no século XVII, dando ênfase à espiritualidade, sem tornar-se uma escola doutrinária. O pastor Philipp Jakob Spener (1635-1705) é considerado o pai do pietismo, sendo seu precursor o pastor Johann Arndt (1555-1621).

O pietismo tentou reformar a igreja, a teologia e a moral. Lembrou que a teologia é dependente da fé, ou seja, é preciso acreditar antes de elaborar sistemas doutrinários; o teólogo precisa edificar a si mesmo antes que possa edificar os outros. Por isso, considera muito mais importante a teologia bíblica que a teologia sistemática, reconhecendo a importância fundamental da exegese. Ou seja, o pietismo não é um fun-

³⁷ Costuma-se classificar os movimentos da Reforma Protestante em duas categorias: a Reforma Magisterial, ai incluindo Lutero, Zwinglio, Calvino e Thomas Cranmer, porque trabalharam em estreita colaboração com as autoridades seculares; em contraste com eles, a Reforma Radical refere-se aos protestantes do século XVI que defenderam a separação entre a Igreja e o poder secular, e davam ênfase maior à conversão que à justificação, por exemplo, os Anabatistas, o grupo mais famoso e influente.. Cf. MATOS, op.cit. p.162-163.

³⁸ TILLICH, Paul: **História do Pensamento Cristão**. Trad. Jaci Maraschin. São Paulo: ASTE, 1988. p. 257.

damentalismo bíblico.

Spener, sendo o principal pastor de Frankfurt, organizou um programa de reformas visando renovar a vida cristã, e entre suas iniciativas criou os *collegia pietatis* (grupos de devoção), que ficaram conhecidos como “conventículos de Frankfurt”. Eram pequenos grupos que se reuniam nas igrejas ou nas casas para orar, estudar a bíblia, debater sermões e cultivar a vida cristã ³⁹.

Algumas marcas distintivas do pietismo são as seguintes:

1. Ênfase na interioridade e na experiência que começa com a conversão e se expressa em uma vida de devoção, discipulado e santificação. (...)
2. Índole tolerante e pacifista (...) contrários à coerção religiosa e às lutas doutrinárias, entendendo que o mais importante é a experiência com Deus.
3. Cristianismo visível: o cristianismo autêntico se revela nas atitudes e na conduta dos cristãos. (...)
4. Cristianismo ativo: busca de transformação da vida pessoal, da igreja, da sociedade e do mundo, bem como ênfase em missões e na unidade cristã.⁴⁰

Não se deve entender o pietismo original como um movimento que prega a espiritualidade individualista, e o desligamento do mundo. A dicotomia Igreja-mundo é estranha ao pietismo original, pois sua intenção é uma piedade engajada de testemunho através da ação da comunidade, e se fortalece nas reuniões de oração e de estudo da palavra de Deus e da doutrina. O pietismo demonstra muita sensibilidade para o engajamento da Igreja no mundo em sua ação evangelizadora. A Igreja não é simplesmente um grupo de pessoas cuja finalidade é reunir-se para ouvir a Palavra de Deus e receber sacramentos.

O pietismo é o primeiro a propor uma ética social. Certamente, a preocupação com a experiência religiosa pessoal, particularmente o arrependimento e a santificação, era sua tônica, não para o isolamento em relação ao mundo, mas para o testemunho da ação de Deus.

³⁹ O modelo de “igreja em células”, muito em moda hoje, é, na verdade, uma má imitação dessa iniciativa do século XVII.

⁴⁰ MATOS, Alderi Souza de: **Fundamentos da Teologia Histórica**. São Paulo: Mundo Cristão, 2008. p. 199-200.

Foram o pietismo que iniciou o trabalho missionário em terras estrangeiras, ganhando assim uma perspectiva mundial, ao passo que a ortodoxia se confinava nas suas próprias igrejas nacionais. August Hermann Francke (1663-1727), continuador da obra de Spener, enviou os primeiros missionários protestantes ao estrangeiro (Índia), com apoio do rei da Dinamarca, mas essa iniciativa não logrou o resultado esperado e os missionários retornaram fracassados.

Algumas pequenas denominações autônomas tiveram origem no pietismo; mas sua influência se deu mais pela penetração lenta, mas consistente, em muitas igrejas protestantes, especialmente nos Estados Unidos e, conseqüentemente, na ação missionária dessas igrejas. Nos Estados Unidos,

Os grupos mais afetados foram os luteranos, os metodistas e os batistas, bem como muitas igrejas resultantes das missões norte-americanas ao redor do mundo no século XIX. As igrejas de santidade e o movimento pentecostal também podem ser vistos como manifestações radicais do pietismo cristão.⁴¹

7.3 O Puritanismo

O Puritanismo é um movimento nascido na Inglaterra, ainda no século XVI, de origem calvinista, influenciado pelas idéias de João Wyclif. Esse movimento chegou até as colônias inglesas na América, marcou profundamente o protestantismo norte-americano. Outra fonte de inspiração do puritanismo foi William Tyndale⁴².

O movimento puritano surge nos primeiros estágios da Reforma na Inglaterra, durante o reinado de Eduardo VI (1547-1553), quando a Igreja da Inglaterra começou a ser influenciada pela Tradição Reformada. Durante o reinado de Maria I (1553-1558), conhecida na história como Maria a Sangüinária, o romanismo voltou a ser oficial no reino, e uma cruel perseguição aos protestantes levou muitos ao martírio e uma grande parte para o exílio no continente europeu.

Em 1558 sobe ao trono Elizabeth I, que reinou por 45 anos e transformou a Inglaterra em potência militar e econômica, estabelecendo o Império Britânico que durou até a se-

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 200.

⁴² William Tyndale (1494-1536) foi um dos reformadores da Igreja na Inglaterra. Convencido da necessidade de tornar a Bíblia acessível ao povo, traduziu o Novo Testamento e o Pentateuco para o inglês. Foi perseguido como herege e traidor, capturado em Bruxelas, onde foi martirizado.

gunda metade do século XX. Em seu reinado foi organizada, de forma definitiva, a Igreja oficial, a Igreja da Inglaterra⁴³, sob a proteção da Coroa e tutela do Parlamento.

Os puritanos receberam esse nome no início do reinado de Elizabeth I. O movimento era formado por pastores e leigos e tentou reformar a igreja da Inglaterra em sua liturgia, teologia e forma de governo. Queriam purificar a igreja, torná-la mais bíblica, isenta de resquícios do papismo e da tradição latina. De tanto falarem em purificação da igreja acabaram recebendo a denominação “puritanos”. Assim, o conceito de puritanismo não tem relação com moralismo (como se acredita em muitos círculos cristãos), mas com teologia e, principalmente, eclesiologia.

Com o tempo, o puritanismo passou a ser um sistema abrangente, desenvolvendo suas próprias formas de liturgia e de espiritualidade, bem como a formulação teológica, a pregação, a ética social e a organização política da sociedade. Entretanto, não conseguiram unanimidade quanto a forma de governo da Igreja e assim não desenvolveram uma denominação específica; haviam puritanos presbiterianos, congregacionais e episcopais.

Os puritanos foram fortemente reprimidos nos reinados de Elizabeth I, Jaime I e Carlos I, pela posição política radical contra a monarquia. Alguns permaneceram na igreja oficial, e outros se retiraram para formar igrejas independentes (Igrejas Livres), aproveitando a liberdade confessional na Inglaterra.

Os puritanos ingleses estabeleceram por pouco tempo um governo republicano, sob a liderança de Oliver Cromwell, mas em 1660 foi restaurada a monarquia e posteriormente concedida liberdade de culto aos dissidentes.

O puritanismo pode ser entendido como a versão da ortodoxia reformada que deu especial ênfase aos aspectos experimentais e pastorais da fé cristã. A teologia puritana teve algumas características marcantes: apreço pela revelação bíblica, vínculo entre erudição e piedade, profundidade espiritual e pastoral, ênfase prática e ética, valorização da pregação e do culto, visão holística (conexão da fé com todas as áreas da vida).⁴⁴

⁴³ É preciso não confundir a Igreja da Inglaterra (*The Church of England*) com o Anglicanismo, que é uma tradição e reúne em comunhão Igrejas nacionais e supranacionais, da qual *inclusive* participa a Igreja da Inglaterra.

⁴⁴ MATOS, op.cit. p. 189.

7.4 A Reforma Radical: os Anabatistas

Até aqui abordamos os movimentos teológicos surgidos a partir da Reforma Magisterial; vamos agora abordar, de forma resumida, a Reforma Radical, que Tillich chama de “movimentos evangélicos radicais”⁴⁵. A Reforma Radical

refere-se aos protestantes do século XVI que defenderam a separação entre a Igreja e o Estado, rejeitaram a coerção nas questões religiosas, repudiaram o batismo infantil em favor do batismo dos crentes e enfatizaram a experiência da conversão mais do que a justificação. Muitos deles tendiam a se afastar da sociedade, defendiam a propriedade coletiva dos bens e rejeitavam o treinamento teológico formal e o ministério profissional. Enfatizavam a vida cristã prática mais que credos e confissões de fé.⁴⁶

Os líderes da Reforma Radical pretendiam restaurar o que consideravam ser a Igreja do Novo Testamento, ou seja, queriam voltar às origens, já que, na opinião deles, a Reforma Magisterial deixara de fazer. Os reformadores radicais buscaram inspiração no pensamento de Lutero e Zwinglio, até porque o movimento surge na região de influência germânica e no tempo em que os reformadores ainda estavam vivos. Alguns, inclusive foram discípulos de um ou de outro. Também vamos encontrar, entre os radicais, inspiração nas idéias de Wyclif e outros pré-reformadores.

O estudo aprofundado da Reforma Radical mostra também que não foi um movimento homogêneo, mas grupos que se diferenciavam quanto à ênfase e quanto às posturas teológicas. Podemos classificar esses movimentos em três grupos⁴⁷:

1. Espiritualistas, cuja espiritualidade dava ênfase à “iluminação interior” pelo Espírito Santo. Sua maior expressão foi Gaspar Schwenkfeld (1489-1561), convertido inicialmente ao luteranismo, mas afastou-se de Lutero adotando posições cada vez mais contrárias às doutrinas da justificação pela fé e da presença real de Cristo na comunhão. Ele influenciou George Fox (1624-1691), um pregador inglês que criou a Sociedade dos Amigos, ou Quacres; também pertence a esse grupo o

⁴⁵ TILLICH, Paul: **História do Pensamento Cristão**. Trad. Jaci Maraschin. São Paulo: ASTE, 1988. p. 219-222.

⁴⁶ MATOS, op.cit. p. 161 e 162.

⁴⁷ Cf. MATOS, op.cit. p.162.

espanhol João de Valdés (c.1500-1541), que em Nápoles criou um grupo de reflexão e estudos bíblicos, onde propagava suas idéias reformadoras.

2. Racionalistas antitrinitários, representados por Miguel Serveto (1511-1553), e Fausto Socini (1539-1604), que vieram dar origem aos unitários ingleses e norte-americanos. Serveto abandonou a crença na existência eterna do Filho e desafiou João Calvino, contra quem escreveu um livro em 1553, *Christianismi Restitutio* (Restabelecimento do Cristianismo).

3. Anabatistas, grupo maior e mais expressivo da Reforma Radical. O movimento inicia-se em Zurich, no ano de 1525, com o nome de "Irmãos Suíços". A partir daí se espalharam pela Europa, e se dividiram em vários segmentos: menonitas, hutteritas, amish e Igreja dos Irmãos.

O movimento anabatista começou com simpatizantes de Zwinglio, que foram se afastando do reformador à medida que desenvolviam seu próprio pensamento.

Os principais líderes do início do movimento foram Jorge Blaurock, Felix Manz e Conrado Grebel. Concluíram que o batismo infantil não era válido e que o batismo pressupunha a adesão da fé para ser ministrado, de acordo com a Igreja antiga; em janeiro de 1525 batizaram-se uns aos outros. Percorreram parte da Suíça e da Alemanha divulgando suas idéias e rebatizaram centenas de católicos e protestantes.

Em Zurich promoveram muitos protestos e tumultos, chegando a interromper cultos e celebrações da Ceia. As autoridades civis da cidade, com apoio de Zwinglio, criaram leis cada vez mais rigorosas contra o movimento. A perseguição aos anabatistas se espalhou em diversas regiões da Europa, pois, além de serem considerados hereges – por romanistas e protestantes – eram tidos como rebeldes fanáticos perigosos pelas autoridades civis.

Os princípios anabatistas básicos podem ser encontrados no documento *Confissão de Schleithem*, resultado da conferência realizada 1527, presidida por Miguel Sattler (c.1490-1527). Segundo a Confissão de Schleithem, os princípios anabatistas são os seguintes: a restauração do cristianismo primitivo, a Igreja como congregações voluntárias separadas dos poderes civis, o batismo dos crentes, o afastamento do mundo, a igualdade e a fraternidade, o pacifismo, a proibição do porte de armas, a recusa a cargos públicos e aos juramentos, e a disciplina rigorosa do banimento.

O movimento anabatista criou pregadores itinerantes, muitos deles fanáticos religiosos, dando margem a messianismos personalistas. Todavia, na Holanda, os anabatistas tiveram um líder que evitou o fanatismo e as ações radicais, Menno Simons (1496-1561), um conhecedor profundo das Escrituras. Ordenado sacerdote romano em 1524, passou a ler Lutero e Zwinglio a partir de 1530 e fez contato com os anabatistas. Um dos seus livros mais influentes foi *O fundamento da doutrina cristã*, de 1540 e revisado em 1558 (após a Confissão de Schleithem), com a síntese das doutrinas anabatistas. Menno Simons respeitava o trabalho dos reformadores magisteriais, mas o considerava incompleto por manterem tradições que entendia serem antibíblicas, como o batismo infantil.

O movimento anabatista exerceu forte influência doutrinária no movimento evangélico posterior; a Igreja Menonita é hoje a principal herdeira dessa tradição.

7.5 O Protestantismo dos Estados Unidos

Nós deveríamos estudar, ainda, outros movimentos da Tradição Protestante, como os movimentos avivalistas dos séculos XVIII e XIX, o Metodismo, o Pentecostalismo e a Teologia Liberal. Mas nosso espaço é pequeno e queremos concentrar nossa atenção nos movimentos do século XVI e XVII que estão na origem da tradição protestante que chegou ao Brasil.

Assim, vamos encerrar com uma breve apresentação e análise do protestantismo norte-americano⁴⁸, porque o protestantismo na América Latina, e particularmente no Brasil, é totalmente dependente dos missionários, de diferentes denominações, que chegaram a partir de meados do século XIX, vindos dos Estados Unidos da América.

Nos Estados Unidos, o pietismo acaba se combinando com o puritanismo e com a Reforma Radical, dando origem ao denominacionalismo, ao legalismo e ao moralismo que marcam profundamente o pensamento protestante que chegou ao Brasil com os missionários, especialmente aqueles vindos do sul dos Estados Unidos. Nessa mistura está a marca da mentalidade protestante norte-americana.

Foi na América do Norte que o protestantismo assumiu a postura de *isolamento do mundo*, por influência de

⁴⁸ Sempre estamos nos referindo aos Estados Unidos da América, quando falamos "norte-americanos".

uma ideologia que permeia a sociedade e o pensamento protestante americano: o *ideal de santidade* aliado ao *fundamentalismo bíblico*.

O ideal de santidade exige que se prove a conversão e a ação da graça na vida da pessoa. Isso criou uma nova preocupação para cada crente: *a de provar a si mesmo e aos outros que é um dos eleitos*. Assim, é preciso afastar-se do “mundo”, a “evitar a contaminação pelo mundo”. Esse autoisolamento rompe com a visão social do pietismo, pois obriga a espiritualidade pessoal dirigir sua atenção para dentro de si mesmo, buscando alcançar a santidade, desvinculando-a da realidade cotidiana e do compromisso social. Ao mesmo tempo, justifica a postura em condenar o diferente, pois o “*diferente de mim*” não é eleito de Deus⁴⁹. Aqui estão as raízes do denominacionalismo e do moralismo de usos e costumes.

O Fundamentalismo Bíblico, mais conhecido simplesmente como *fundamentalismo*, é uma doutrina que nasce nos Estados Unidos, fruto da reação dos protestantes ultraconservadores em defesa do que consideravam os “fundamentos” da fé cristã e bíblica, os quais, segundo eles, estavam ameaçados pelo liberalismo teológico do século XIX⁵⁰.

O fundamentalismo é uma ideologia que perpassa muitos campos da ação humana, não só o campo da religião. O “fundamentalismo” sempre existe *a partir de um texto considerado paradigmático*. O fundamentalismo é uma postura diante do mundo, a partir de uma idéia básica, oriunda da *forma de interpretar ou entender um texto, considerado paradigmático, considerado absoluto*. Qualquer raciocínio ou fato que negue o absoluto do *texto* é considerado falso *a priori*, sem análise, simplesmente com base na “autoridade” que se atribui ao texto. No caso do fundamentalismo bíblico, esse texto é a Bíblia.

Ser fundamentalista é adotar posturas fechadas diante da realidade, negando tudo aquilo que contraria sua forma de *interpretar* o texto. Ou seja, o fundamentalismo parte de uma leitura (hermenêutica) *dogmática* do texto, como se o texto não tivesse história, autoria, contexto de origem; como se a interpretação dogmatizada fosse a *única* maneira de ler o texto, sem crítica, aceitando apenas as palavras tais como estão escritas; enfim, o fundamentalismo trata o texto como se

⁴⁹ Curioso notar que essa era, exatamente, a postura dos escribas e fariseus, e contra a qual Jesus se pronunciou muitas vezes.

⁵⁰ Cf. MATOS, op.cit. p. 222.

ele, por si mesmo, fosse o absoluto. *É a idolatria do texto.*

O fundamentalismo é uma postura intelectual muito difícil de ser sustentada; na verdade, o fundamentalismo se sustenta através de apelos emocionais. Diante de qualquer afirmação que ameace a interpretação literal do texto bíblico, o fundamentalista reage de forma emocional, considerando diabólica tal afirmação por ser contrária à "Palavra de Deus". Assim se procede em relação às ciências naturais, às ciências sociais e à própria teologia bíblica. O grande problema do fundamentalismo, no Brasil, é que a maioria dos fundamentalistas não sabem, ou não admitem, que o são.

O estudo pormenorizado do protestantismo norte-americano nos permite entender vários aspectos daquela sociedade, seus fundamentos e valores e, assim, o *tipo de protestantismo* que chegou ao Brasil, trazido pelos missionários que de lá vieram, e que continua chegando hoje através do patrocínio de setores ultra-conservadores da sociedade americana. Ajuda-nos compreender os fundamentos da identidade evangélica brasileira, ou seja, porque *somos o que somos* e porque *somos como somos*.

Conclusão

O protestantismo brasileiro perdeu, a nosso ver, suas raízes da Reforma, tornando-se uma mescla confusa de ideologias e apresentando comportamento cada vez mais fundamentalista e sectário. Essa opção, consciente ou não, faz da atividade missionária mais um processo de arregimentação de clientela para o consumo de uma crença, do que o chamado à conversão e à vivência na fé.

Conhecer a Tradição Cristã, desde seus fundamentos no *kerigma* apostólico, passando pela reflexão da Igreja de todas as épocas, é fundamental para criar o senso de identidade que possibilita visão crítica diante do mundo e, ao mesmo tempo, fortalece o desempenho da missão no seu real sentido apostólico: o anúncio da revelação do mistério de Deus em Jesus Cristo, a boa notícia da salvação.

Se este artigo motivar o estudo aprofundado da Tradição Cristã e do Protestantismo, teremos atingido nosso objetivo.

Referências

ALTANER, Berthold et STUIBER, Alfred. **Patrologia: vida, obras e doutrinas dos Padres da Igreja.** (trad. Monjas Beneditinas). 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1988. (Coleção Patrologia).

BOGAZ, Antônio S. *et alli*. **Patrística: caminhos da tradição cristã: textos, contextos e espiritualidade da tradição dos padres da Igreja Antiga, nos caminhos de Jesus de Nazaré.** São Paulo: Paulus, 2008.

GONZÁLEZ, Justo L. (ed). **Dicionário Ilustrado dos Interpretes da Fé.** (trad. Reginaldo Gomes de Araújo). Santo André, SP: Editora Academia Cristã, 2005.

KOUBETCH, Volodemer – **Da Criação à Parusia: linhas mestras da teologia cristã oriental.** São Paulo: Paulinas Ed., 2004.

MACKINTOSH, Hugh R. **Teologia Moderna: de Scheleiermacher a Bultmann.** (trad. Deuber de Souza Calaça). São Paulo: Editora Cristã Novo Século, (2004).

MATOS, Alderi Souza de. **Fundamentos da Teologia Histórica.** São Paulo: Mundo Cristão, 2008. (Teologia Brasileira).

TEIXEIRA, Luiz Caetano G. *Introdução à Liturgia Cristã.* In: **Inclusividade – Revista de Teologia do Centro de Estudos Anglicanos.** Porto Alegre: CEA, Ano II nº. 6, Novembro 2003.

TILLICH, Paul. *História do Pensamento Cristão.* (trad. Jaci C. Maraschin). São Paulo: ASTE, (1988)

TILLICH, Paul. **Perspectivas da Teologia Protestante nos Séculos XIX e XX.** (trad. Jaci Maraschin). 2ª ed. São Paulo: ASTE, 1999.